

RESOLUÇÃO DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

20 OUTUBRO 2018



I.

A proposta de Orçamento do Estado para 2019 apresentada pelo governo à Assembleia da República resulta da negociação entre PS, Bloco e PCP e respeita os acordos de novembro de 2015. Esta proposta de Orçamento, a última da legislatura, confirma o acerto da escolha de 2015. É o crescimento económico do passado, que se sustenta em medidas que o programa do PS não incluía e que foram negociadas pelo Bloco, que permite novos avanços.

Confirma-se o acerto da rejeição da política de desvalorização interna como saída da crise, da eliminação antecipada das medidas de austeridade, da política de devolução de rendimentos e direitos, bem como da garantia, obtida pelo Bloco, de que o SMN não seria menos de 600 euros em 2019. Provamos que não existe contradição entre mais direitos e mais emprego. Pelo contrário, são os rendimentos que geram procura. A procura gerou o investimento que nenhum mau agoiro da direita conseguiu repelir, mesmo com o aumento da derrama de IRC ou com o Adicional ao IMI.

A economia está a crescer acima da média da zona euro e o triénio 2016-2018 será o de maior crescimento económico no período de vigência do euro, o desemprego está em 6,3%, metade do que era em 2015; o investimento privado cresceu a uma média anual superior a 5% nos últimos três anos. Este crescimento económico está na base da consolidação orçamental que se verificou nos últimos anos. O défice passou de 3,2% (sem Banif, 4,4% com Banif) em 2015 para 0,7% previstos em 2018 e 0,2% em 2019. O aumento da receita fiscal e contributiva equivale a 1,7 p.p. do PIB e deve-se em partes iguais a impostos diretos, indiretos e contribuições para a segurança social. Nos impostos indiretos, o que conta é o IVA, que não sofreu aumentos.

É indiscutível que foi o crescimento económico e a redução do desemprego que permitiu a consolidação orçamental. Mas, ao invés de avançar na política de recuperação de rendimentos, de investir no Estado Social e no robustecimento da economia, o governo

optou por restrições para atingir o défice zero. Esta política não garante a sustentabilidade das contas públicas no longo prazo e não contraria a crescente dependência do país em relação aos setores do turismo e do setor imobiliário. O governo continua a alimentar a ficção do cumprimento do Tratado Orçamental com superávits primários durante vinte anos. O problema estrutural da dívida mantém-se e adensa-se com as pressões crescentes para que termine a política de estímulos do BCE. O sistema financeiro permanece um risco e um peso para o país. Depois de recusar a solução de controlo público para o Novo Banco invocando o peso financeiro dessa operação, o governo injetará, em 2019, mais 700 M€ no fundo de resolução.

Não obstante a persistência das limitações referidas, no geral, este é de novo um orçamento que devolve rendimentos e conquista direitos. O conjunto de medidas agora negociadas equivale a 465 M€. Mas importa somar as novas dotações correspondentes a medidas que vêm de negociações anteriores: o aumento regular das pensões (265 M€), a eliminação da sobretaxa do IRS (144 M€), o efeito da alteração dos escalões (155 M€) e o descongelamento de carreiras na função pública (247 M€). Existe ainda um conjunto de medidas que incidem sobre as empresas e que não podem ser consideradas como mais penalizadoras: fim do PEC, regimes especial de IRC para PME (13 M€) e para o interior, totalizando 270 M€. Estão ainda previstas medidas a que o Bloco se opõe, como a que permite uma maior dedução de lucros reinvestidos (13 M€). Em termos de impostos, regista-se a duplicação do impostos de selo sobre crédito ao consumo (que tem subido de forma preocupante), o aumento do IABA (sobre bebidas açucaradas) e das várias taxas do impostos especiais de consumo. No total, estas medidas não vão além de 125 M€ de carga fiscal adicional.

Na negociação do OE, antes da sua apresentação, o Bloco de Esquerda conseguiu alguns avanços importantes nos dossiers da energia, pensões, apoios sociais e serviços públicos, habitação e impostos.

Na energia, o Bloco bateu-se pela redução do IVA da energia e da dívida tarifária e pelo combate às rendas excessivas. Na proposta de OE 2019 ficou plasmada uma modesta redução do IVA (apenas da parcela da potência contratada, para a taxa mínima) e duas injeções para redução da dívida tarifária, €190M em 2018 e €200M em 2019, financiadas pela CESE (agora estendida também às renováveis, ainda que de forma muito diminuta) e pelo fundo de carbono. Estas medidas devem permitir a redução da tarifa em 5% ao ano em 2019 e 2020.

Nas pensões, além dos 265 M€ assegurados pelo aumento automático em 2019 (fruto do descongelamento assegurado pelo Bloco no acordo assinado em 2015), foi também garantido o aumento extraordinário em janeiro (137 M€) e o do complemento solidário (26 M€) para as pensões mais baixas. Foi ainda consagrado o trabalho da extração de pedra como profissão de desgaste rápido, assegurando o acesso à reforma aos 50 anos. A fase 2 e 3 do fim do corte do fator de sustentabilidade para as longas carreiras contributivas (quem aos 60 anos tem 40 anos de carreira contributiva) entrará em vigor durante o próximo ano (janeiro para quem tem 63 anos e outubro para os 60 anos), com um impacto de €66M. O governo anunciou entretanto a intenção de impedir quem não estiver nestes condições de aceder à pensão antecipada. Essa alteração não está prevista no OE e terá a oposição do Bloco.

Foi ainda possível negociar a redução do teto máximo das propinas para 2 IAS (856€, uma redução de mais de 200€), estendeu-se a todo o país o acesso a manuais gratuitos ao longo de toda a escolaridade obrigatória (o acordo autárquico do Bloco com PS já tinha assegurado manuais gratuitos até ao 12º ano em Lisboa). O programa para redução do preço dos passes para os transportes coletivos, incluindo gratuidade para crianças e passe família, tem assegurada dotação orçamental através do fundo de carbono. Esta medida que será implementada pelas áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais, é outra das medidas iniciadas pelo acordo de Lisboa e estendida a todo o país. Os autarcas do Bloco empenhar-se-ão no acesso das populações dos vários concelhos a esta medida.

O OE19 aprofunda as prestações sociais com o aumento de 58 M€ para abono de família e 153 M€ para a Prestação Social de Inclusão. Foi ainda possível alargar as condições de acesso ao subsídio social de desemprego para desempregados de longa dura-

ção e reforçar o Complemento Solidário para Idosos e o Rendimento Social de Inserção. A atualização do Indexante de Apoio Social é acompanhado do necessário reforço de todas as medidas a ele associadas. Este é ainda o primeiro OE que reconhece a necessidade de apoio aos cuidadores informais, ainda que como medida programática.

O Bloco conseguiu ainda a inclusão de uma medida para criação e recuperação de parque público de habitação, que temos proposto em todos os OE: fim dos limites de endividamento das autarquias para o investimento em habitação. No campo fiscal, asseguramos o aumento do mínimo de existência (aliviando o IRS) e a retorno do IVA dos espetáculos (com exceção da tauromaquia) à taxa mínima.

Reconhecendo os avanços no OE19, o Bloco regista também que mantém enormes limitações. É possível um Orçamento com mais capacidade para combater as desigualdades sociais e territoriais e para responder às fragilidades estruturais do país. Assim, o Bloco de Esquerda votará favoravelmente o OE19 na generalidade, mas bater-se-á por novos avanços na especialidade.

O Bloco assinala a importância das medidas que contrariam a política liberal de redução do Estado Social ao assistencialismo e que recuperam o seu universalismo: gratuidade dos manuais na escolaridade obrigatória, redução do teto máximo das propinas, novas tarifas para os passes de transporte coletivo. No entanto, este OE não inverte o curso de fragilização do Estado Social e dos serviços públicos. O governo optou por travar o crescimento em % do PIB do investimento em despesa pública em áreas tão depauperadas como a saúde, educação, cultura, ciência, justiça, transportes ou ambiente.

Sendo verdade que não houve cortes na despesa, e que orçamento dos serviços públicos tem estado a subir de forma consistente, assim como a despesa executada (apesar dos vetos de gaveta e das cativações), quando comparamos o orçamentado e o executado, chegamos a duas conclusões:

- Era possível ter orçamentado mais. As previsões de receita pecam demasiado por defeito e constituem uma limitação à orçamentação da despesa deixando setores importantes como a educação e a saúde em situação de permanente suborçamentação
- O orçamentado não é executado. Quer di-

zer que há despesa que foi prevista, que era necessária mas que não foi gasta. São 689 milhões em aquisição de bens e serviços e 1000 milhões em investimento.

Estas despesas não realizadas são o retrato contabilístico de serviços públicos que não conseguem substituir material, fazer contratações, avançar com obras. Não se compreende estas escolhas, num país em que 2 milhões de pessoas vivem em risco de pobreza e, ainda para mais, num contexto em que o défice ficou sistematicamente aquém do previsto. São, mesmo na análise mais conservadora, 2000 milhões de folga para que o Governo possa fazer a campanha eleitoral do défice zero. É uma política que compromete o crescimento futuro, as políticas de coesão e a qualidade dos serviços públicos.

No debate da especialidade o Bloco proporá medidas que, utilizando a folga orçamental existente, reforcem os serviços públicos e aumentem os apoios sociais, entre outras. Os cuidadores informais devem ter respostas mais concretas já no OE19. Na energia, é possível alargar o âmbito da redução do IVA e implementar medidas eficazes para combater as rendas excessivas. Em matéria fiscal, e no campo da habitação, apresentaremos medidas para combater a especulação imobiliária e incentivar ao arrendamento. Proporemos ainda um aumento da derrama para grandes empresas, um novo escalão do AIMI.

A posição do Bloco sobre os salários da Função Pública está dependente da própria evolução da negociação entre governo e sindicatos. O Bloco propôs dois critérios para esse aumento: garantir que a tabela remuneratória começa acima do Salário Mínimo Nacional (neste momento 3 escalões já foram ultrapassados pelo aumento do SMN), garantir um aumento mínimo ao nível da inflação para todos os trabalhadores e aumentar em valor nominal fixo para combater o alargamento do leque salarial e responder mais eficazmente aos salários mais baixos.

O Bloco regista que o governo optou por retirar o descongelamento da carreira dos professores do OE19 e que se manterá em vigor, como sempre defendemos, a norma aprovada no OE18 e que prevê a contagem do tempo de serviço (e não apenas de uma parte do tempo). Assim, consideramos que o DL aprovado pelo governo, e que conta apenas 30€ do tempo de serviço, não tem o necessário respaldo e deve ser vetado pelo Presidente da República. Caso seja promulgado, o Bloco de Esquerda pedirá a sua

apreciação parlamentar e proporá a sua alteração em conformidade com o já aprovado no OE 2018.

A apresentação e debate deste OE é acompanhada de fortes lutas sindicais, em setores como a saúde, a educação e os transportes, entre outros. Esta contestação deve-se tanto à falta de resposta a questões laborais e de carreiras cuja solução foi repetidamente prometida e sempre adiada, como a falta de investimento nas condições dos serviços públicos que afetam os seus trabalhadores, bem como à política zigzagueante do governo em vários dossiers.

O Bloco está solidário com as lutas dos trabalhadores e trabalhadores e vê com grande preocupação a ambiguidade e os recuos do governo em medidas tão diversas como a lei de bases da saúde, as pensões antecipadas, o processo de vinculação de precários (PREVPAP), o estatuto dos cuidadores informais, a progressão na carreira dos professores, as políticas para a habitação ou para a energia. Em cada uma destas matérias, o Bloco de Esquerda lutará pelos avanços acordados e pela clareza dos compromissos. Não aceitaremos soluções que, em nome de avanços nalguns setores, provoquem recuos para outros

II.

A candidatura fascista de Bolsonaro às eleições presidenciais no Brasil exprime todo o ódio de classe, ódio de género e ódio racial que é hoje o programa da oligarquia brasileira. A dimensão do apoio conseguido por um tal programa apoia-se numa justa indignação social contra a corrupção. Mas isso é pouco mais que um pretexto para a oligarquia se vingar, com a força bruta, das políticas de igualdade e de justiça que os movimentos sociais e as forças progressistas conseguiram. O Bloco de Esquerda exprime toda a sua solidariedade com a democracia e com todos os democratas que, no Brasil, se mobilizam para combater o fascismo.